

ATA DA 49.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS — CT-IPCT - ABERTA

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte minutos, no Hotel Ramada, na cidade de Belo Horizonte/MG e pela plataforma Teams, iniciou-se a **49.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. O coordenador Ademilton Ferreira de Sá cumprimentou a todos e após rodada de apresentação, deu início à reunião. Da lista de presença constam os seguintes participantes: Ademilton Ferreira (Fundação Cultural Palmares), coordenador da CT-IPCT, Jadilson Oliveira Lino Oliveira (CRQ Degredo), Sérgio do Carmo (Comissão dos Atingidos de Barra Longa), Geraldo Felipe — Tuzinho (Faiscador de Santa Cruz do Escalvado), Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Cacique Toninho (Cacique TG - Comboios), Josiane Felício (representante da Comissão de Caciques - Aldeia Pau Brasil), Edinéia Oliveira (SEDH-ES), Tatiana Tatagiba (SETADES).

Pela plataforma Teams: Aline Carla e Felix Santos Vicente (DSEI), Edivânia Xacriabá (SESAI)

Pela EY: Camila Arriel.

Pela ASPERQD: Luciana Andrade, Jean Betteher e Luciana Andrade.

Convidados (presencial): Letícia Lopes (FGV), Jorge Luiz e Douglas Adilson (CR-ES/MG -FUNAI)

Pela plataforma teams: Weleda Freitas (antropóloga), Mozart Machado, Valéria Carvalho e Francisco Melgueiro (CGGAM – FUNAI), Txawã Pataxó e Célio Ferreira (DSEI), Jocelino Tupinikim, Vilmar Benedito, Joel Monteiro (Comunidades Indígenas de Aracruz), Altiane Blandino dos Santos (Comunidade de São Domingos e presidente da Comissão de Conceição da Barra e São Mateus), Isaías Rodrigues dos Santos (comunidade Santaninhas), Sabrina Bernardino Teodoro e Jean Blandino (Comunidade de São Domingos), Abília Matheus (Comunidade Córrego do Sertão).

Pela Flacso: Fabiana Tomaz (Secretária da CT) e Thiago Paiva (Coordenador Polo Belo Horizonte/MG).

Pela Fundação Renova:

presencial: Priscila Ohira, Maria Albanita de Lima, Gabriel Moura, Mariana Nicchio, Rodrigo Pontes, Júlio Gomes, Adebai Júnior, Juliana Bedoya

Plataforma teams: Gilson da Silva Júnior, Luiz Felipe Martins Soares, Janine Silva Cabral Luchesi, Andressa Catharina Mendes Cunha, Roberto Ruggeri Ferreira, Rosana Pandolfo

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)

Pauta	Discussão
1. Abertura, apresentação dos participantes 2. Aprovação da ata da 47.^a RO	Após a apresentação dos participantes, a ata da 48. ^a Reunião Ordinária foi aprovada sem objeções e, após assinatura, será enviada para a SECEX para publicação na página do CIF/IBAMA.
3. Informes gerais (calendário 2023, locais das reuniões e, etc.	Ficou definido que as reuniões voltariam a ser realizadas apenas presencialmente e nos territórios, quando possível. A 50. ^a será realizada em Vitória/ES, nos dias 14 e 15/06/2023.
4. Grupos de Trabalho - Informações sobre o andamento do PG-04 e situação do PG-03	Retirado da pauta

II. PAUTA INDÍGENA(11h às 13h)	
Pauta	Discussão
5. Plano de cheias – Comboios	<p>Ainda dependendo da Defesa Civil.</p> <p>Gabriel informou que a Fundação elaborou o plano em atendimento à Deliberação e já estaria na fase de execução, que cabe ao o poder público (Defesa Civil), pois a Fundação não pode executar o que foi elaborado.</p>
6. SAA – Comboios	<p>Felipe informou que em março, o Poço foi perfurado em Córrego do Ouro, com teste de vazão para a estruturação para o projeto de SAA e explicou que a Fundação estaria aguardando um retorno da empresa sobre a vazão e qualidade da água.</p> <p>Em relação à aldeia de Comboios, a Fundação informou estar em fase de contratação de uma empresa com <i>expertise</i>, considerando o solo arenoso ou que pudesse passar pelo rio. No mesmo contrato, serão contempladas as outras quatro aldeias</p> <p>Felipe ressaltou que foi observada a necessidade de ter uma pessoa com <i>expertise</i> com relação à questão da água e que também conhecesse da realidade dos povos indígenas, então, uma engenheira ambiental sanitária, que preencheu os requisitos, foi contratada e está responsável pelo projeto (a presença da profissional não foi possível na reunião, pois estava recebendo maquinário e se ambientando na FR).</p> <p>Felipe informou a Toninho, que após os resultados da perfuração, irão para a fase de elaboração do projeto executivo para córrego do ouro e após a contratação da empresa com a expertise necessária, a FR atualizaria as comunidades.</p> <p>Em relação ao SAA, Toninho perguntou se estaria atrelado ao PBAI e solicitou que a FR dialogasse mais com o com a SESAI, para que assim, se alinhassem com as comunidades indígenas</p> <p>Josiane Felício lembrou que o SAA é uma ação emergencial, de uma deliberação de 2018, e que até o momento, ainda não implementaram a ação. Ressaltou que a FR dizia precisar de resposta da SESAI, mas não apresentava um cronograma para as execuções, sendo que as dificuldades com água das aldeias eram nítidas. Ressaltou, ainda, que o atendimento de caminhões pipa na aldeia Nova Esperança era somente de segunda a sexta, ação realizada pela SESAI, deixando as comunidades sem água até para beber, nos finais de semana e feriados. Josiane registrou a importância de se estabelecerem prazos para a implementação e atendimento das comunidades indígenas.</p> <p>Felipe disse que Josiane tinha razão e não teria nem como se justificar. Se comprometeu a ir às comunidades conversar com as comissões e elaborar um cronograma de atendimento para as comunidades. Respondeu ao Toninho que a aproximação com a SESAI e com o DSEI seria realmente importante e queria agendar uma reunião, com a participação da FUNAI, para que buscassem sanar a situação das comunidades com mais agilidade.</p> <p>Sobre a questão do PBAI, explicou que a FR entendia que todas as ações estruturantes, seriam atreladas ao plano, sendo que os recursos seriam separados, mas que as ações precisariam conversar</p>

Toninho registrou que as ações emergenciais não deveriam depender da construção do PBAI, pois as questões de saúde e de água seriam primordiais.

Toninho ressaltou a ausência da SESAI nas reuniões, para questionar as situações das aldeias dos territórios indígenas de Minas Gerais e Espírito Santo. Ressaltou que seria importante que a Fundação estivesse em diálogo com os órgãos estaduais e municipais. Denunciou que em Aracruz, estavam tirando água de algumas aldeias para abastecer o município, o que era absurdo.

Ademilton perguntou ao Felipe se a FR teria um planejamento ou um cronograma para a perfuração dos poços e se teriam uma previsão de quando a análise da qualidade de água de da vazão estaria pronta.

Em relação ao poço já perfurado, Felipe disse que poderia verificar com a empresa para poder responder. Ressaltou estarem contratando uma empresa que atende as especificidades, pois a empresa anterior não tinha condições de atender.

Edivânia disse que verificará com o departamento responsável. Regatou um comentário que Toninho fez sobre uma denúncia feita à SESAI sobre falta de água e disse que não encontrou nenhum registro, mas ressaltou que o DSEI poderia ser acionado.

Jorge informou a Edivânia que estavam discutindo uma deliberação de 2018 que não foi cumprida até aquele momento, sendo que uma solução se fazia urgente e que seria necessário realizarem uma ação contínua, efetiva e permanente da SESAI no processo de discussão da CT, pois a participação eventual acabava não permitiria isso.

Edivânia respondeu que levaria a questão à SESAI, tanto do que foi discutido, como a questão da agenda.

Josi ressaltou que seria importante já saírem dali com uma data definida para a reunião, pois a aldeia Nova Esperança ficava sem água até para beber, nos finais de semana e feriados, como ela já havia mencionado. Josi ressaltou que já estavam reivindicando uma solução há muito tempo, solicitando um cronograma de execução para os serviços na comunidade. Perguntou até quando a comunidade teria que esperar, pois estavam falando de atenção primária, água para beber, cozinhar e para higiene pessoal e que a resolução deveria ser urgente.

Txawã ressaltou que a Aline Carla sempre participa das reuniões, representando o DSEI. Disse que o DSEI tem um escritório local em Aracruz, que reporta as necessidades e que quando a questão da necessidade de abastecimento de água foi detectada, o Distrito tomou providências. Ressaltou que o DSEI seguia o plano e as metas estabelecidas. Informou que tais metas são debatidas nos encontros bimestrais que acontecem com os conselhos de saúde indígena e informou que não teria com priorizar uma obra que ainda não tinha um plano. Disse que as lideranças deveriam levar para as referidas reuniões todas as necessidades para que fossem colocadas como metas, dentro do plano do DSEI.

Josi disse que em relação ao plano, sabia qual seria o serviço que a SESAI prestava e repetiu o que acontecia em Nova Esperança, especificamente. Disse que a Fundação propôs uma reunião e esperava que o DSEI participasse, para que pudessem encontrar uma solução. Disse, também, entender todas as questões, **mas o foco ali**

	<p>seria agendar uma reunião para resolverem a questão de Nova Esperança o mais urgente possível.</p> <p>Txawã respondeu que as empresas dos carros pipa não trabalhavam nos fins de semana, por isso o quantitativo de água distribuído e deixado nos reservatórios (ou que deveriam ser deixado) já considerava a falta dos carros nesses dias. Ressaltou o consumo deveria controlado pelas comunidades, pois não tinha como o escritório local fazer o controle. Afirmou que deveriam considerar a chegada de novas famílias nas aldeias, o que deveria ser informado, pois seriam necessários novos cálculos da quantidade de água. Txawã se colocou à disposição para encontrarem uma solução.</p> <p>Toninho disse que, considerando que já conversou com os caciques do Território, já queria fechar uma data e que iria fazer um documento informando ao Célio a data da reunião.</p> <p>Registro que o agendamento da reunião ficou como encaminhamento.</p> <p>Mozart pediu que novo coordenador da CGGAM se apresentasse e ressaltou que a questão do desastre estava sendo tratada como prioridade, tanto pela Funai quanto pelo Ministério dos Povos Indígenas.</p> <p>Francisco assumiu no dia 02/05 e disse que iria acompanhar de perto, todo o processo.</p> <p>Ademilton pediu celeridade nas indicações da Funai, considerando que o órgão indigenista faz parte da coordenação.</p> <p>Francisco respondeu que trataria do assunto.</p> <p>Douglas sugeriu que ficasse como encaminhamento:</p> <p>Verificar, junto ao DSEI e à FR, soluções quanto ao abastecimento, considerando que, além de serem relacionadas à água, as ações emergenciais precisariam ser implementadas.</p> <p>Ressaltou que deveriam buscar soluções complementares com essas ações desenvolvidas nos territórios com relação abastecimento de água, pois se se tratam de ações emergenciais já acordadas há tempos que é necessário que sejam desenvolvidas e implementadas. Ressaltou, também, que são ações emergenciais já acordadas e que não estão sendo cumpridas, sendo necessário mapear quais seriam as ações que estão acontecendo, mas que precisam de complementação ou de algum tipo de suporte, para que, de fato, comecem a dar resultado positivo nas comunidades.</p> <p>Ademilton pediu que a FR apresentasse um cronograma nos próximos 30 dias sobre a perfuração dos novos poços</p>
<p>Encaminhamento E49.1</p>	<p>Agendar uma reunião entre FR, FUNAI, além do DSEI e da SESAI (que deverão enviar equipe técnica) para tratar do SAA. Na reunião, deverão ser apresentados o plano e o cronograma para o abastecimento de água, e principalmente, resolverem a questão dos caminhões pipa que só abastecem Nova Esperança nos dias úteis.</p> <p>Obs.: A reunião foi agendada para 19/05/2023, às 9h, na aldeia Nova Esperança.</p>

Encaminhamento E49.2	A Fundação enviará à Câmara Técnica, nos próximos 30 dias, um cronograma para a perfuração dos poços e uma previsão de quando as análises da água e de vazão ficarão prontas.
Encaminhamento E49.3	As ações emergenciais nas aldeias deverão ser desenvolvidas e implementadas, principalmente do que diz respeito à água.
7. PBAI – TIs de Aracruz	<p>Gabriel informou que a FR recebeu um ofício da Funai, com algumas propostas e ritos a serem seguidos para o PBAI e que o documento estaria em análise para ser respondido formalmente. Informou que Fundação tomou conhecimento, no dia anterior, que o Perito peticionou no processo a realização de mais duas reuniões de conciliação para tratarem de indenização e do PBAI e ressaltou acreditar que nessas reuniões, poderão avançar e pactuar algo referentes aos próximos passos. Falou sobre a pendências de agendas a serem realizadas nos territórios com a Funai por determinação. Explicou que a solicitação da AGU, a pedido da Funai, para que a determinação fosse suspensa foi indeferida. Ressaltou que o assunto seria tratada nas reuniões com o perito (não há data marcada, mas será, provavelmente, antes do dia 26/06/2023).</p> <p>Letícia, perguntou se o PBAI estariam vinculados àquelas agendas de discussão sobre indenização.</p> <p>Gabriel respondeu que não exatamente vinculado, mas que as solicitações de que os PBAI fossem separados por grupo, das questões relacionadas às empresas contratadas surgiram no âmbito das discussões, e assim, seria melhor que os encaminhamentos fossem definidos nas reuniões.</p>
8. Atualização sobre as audiências	<p>A Fundação informou que no dia 1.º/12/2022, foi realizada a primeira reunião de conciliação, na qual foi nomeado o Perito. Foi determinada uma rodada de reuniões de conciliação que estavam em andamento, sendo que a última foi desmarcada, e estariam previstas mais duas reuniões antes da reunião final, no final de junho.</p> <p>Informou, também, que o perito estava fazendo reuniões com as comunidades pelos territórios e o último andamento relevante foi que as comunidades apresentaram propostas de indenização e que a Renova encaminhou para o perito alguns pedidos do esclarecimento, sendo, inclusive em decorrência disso, que o próprio perito acabou concordando que seria oportuno marcar essa última reunião que está prevista para antes do dia 26/06/2023.</p> <p>Mozart explicou que a solicitação da Funai não foi indeferida e que o juiz fez alguns contornos, sinalizando pelo princípio da comunicação, do diálogo e da transparência, pois o conceito do PBAI, estaria dentro do conceito da própria perícia socioeconômica. Citou o trecho da fala do juiz:</p> <p><i>A Fundação Renova pode se reunir e esclarecer sua visão sobre o processo reparatório aos atingidos, desde que isso seja encarado como uma faculdade e haja interesse da população em se reunir com a fundação renova [...]</i></p> <p><i>[...] isso deve ser dar mediante a mediação da Funai</i></p> <p>Mozart ressaltou, ainda, que o juiz determinou que o produto da MPB fosse entregue.</p>
9. Auditorias	<p>Felipe de Drummond informou que a auditoria estaria realizando diligências em campo e os resultados seriam apresentados em juízo.</p> <p>José perguntou se teria prazo para acontecer.</p>

	<p>Júlio respondeu que ainda não sabiam, pois o perito estaria no aguardo da aprovação a homologação do plano de trabalho.</p> <p>Felipe complementou que dependeria muito do término dos trabalhos, então não poderia responder, mas a expectativa seria que até a próxima reunião a auditoria apresentasse o resultado do trabalho</p>
<p>10. Inclusão das famílias nos territórios de Aracruz</p>	<p>Gabriel informou que cada pedido de inclusão recebido estaria sendo analisado. Informou que o acordo de 2020 teria voltado a ser válido, pois foi determinado o retorno do ASE.</p> <p>Josi perguntou sobre a previsão de devolutiva, pois há muito tempo a comunidade aguardava.</p> <p>Gabriel respondeu estarem tentando dar celeridade, mas ressaltou que as famílias receberiam o retroativo, incluindo o período de análise.</p> <p>Toninho pediu que a Fundação deveria ser clara ao informar sobre a inclusão de famílias para facilitar o entendimento das comunidades.</p> <p>Gabriel respondeu estarem falando de inclusão de famílias no ASE. Em relação à indenização, considerando toda a negociação, estaria acontecendo no âmbito judicial, com audiências de conciliação e a resolução seria no mesmo âmbito.</p> <p>Jorge perguntou que a inclusão de famílias no ASE, estaria seguindo os mesmos ritos do acordo de 2020 e seria por famílias e não por pessoa e se a Fundação estaria seguindo o fluxo estabelecido. Disse que a Funai estava recebendo demandas relacionadas, então seria importante uma definição de prazo para respostas.</p> <p><u>Felipe respondeu que a Fundação enviaria um ofício à Funai, copiando as lideranças indígenas, com as atualizações e tentando prever um prazo</u></p> <p><u>Ademilton solicitou que a CT-IPCT fosse copiada.</u></p> <p>Josi perguntou se a Fundação estaria aguardando os resultados da auditoria para incluir as famílias no ASE.</p> <p>Gabriel respondeu que a questão era que a equipe mobilizada para analisar os documentos de inclusão de famílias, que é um processo demorado, teve que atender as demandas da autoria, o que atrasou a agenda.</p>
<p>Encaminhamento E49.4</p>	<p>FR deverá encaminhar resposta sobre a análise da inclusão de famílias no ASE (considerar que o assunto se arrasta há oito meses). Prazo: 12/05/2023.</p>
<p>11. Informações sobre a inclusão das famílias Krenak</p>	<p>Felipe de Drummond ressaltou que o fluxo para a inclusão dos Krenaks seria diferente dos Tupiniquins e Guaranis e que precisava de deliberação do CIF. Explicou que assim que a Fundação receber alguma deliberação e orientação para a inclusão, a Fundação procederia com o que fosse necessário.</p> <p>Jorge disse compreender, mas achava o fluxo desnecessário.</p> <p>Felipe afirmou que a Fundação segue o TTAC.</p> <p>Gabriel complementou dizendo que o acordo original não previa inclusão de novas famílias, por isso a necessidade de deliberação.</p> <p>Registro que a Funai e a CT tomarão as providências para a elaboração da NT e para pautar na reunião do CIF, para deliberação.</p> <p>Jorge ressaltou que haveria uma atualização no número de famílias.</p> <p>A Fundação reiterou que como o fato de o acordo não prever a inclusão de novas família, fazia necessário ter um embasamento para o aumento do orçamento. Dois caminhos seriam necessários: ou um aditamento do contrato, ou a deliberação do CIF e esse seria o rito.</p> <p>Foi solicitado que a análise do ASE fosse enviada com antecedência de cinco dias.</p>

	<p>Douglas solicitou que as informações sobre a mudança em relação aos recursos (da Vale para a Fundação), fossem encaminhadas às comunidades, para um melhor entendimento.</p>
<p>12. Atualização sobre a situação dos Puris (por parte da Fundação Renova)</p>	<p>Júlio informou que o assunto está sendo tratado na 4.^a Vara Federal e uma perícia socioeconômica foi instituída para verificarem os impactos na organização social, cultural, espacial e política da comunidade e a Fundação está acompanhando para continuarem as tratativas.</p> <p>Jorge disse que a Fundação afirmou estar atendendo os Puris nos outros programas e perguntou se teriam um levantamento completo sobre quais pessoas foram atendidas.</p> <p>Júlio disse que a Comissão de Atingidos Puri ajuizou processo judicial e a Fundação nele se manifestou esclarecendo que houve o atendimento a pessoas que se identificam como pertencentes aos Puris por parte dos outros programas, que atendem os atingidos, em geral, como o Programa de Indenização Mediada e o Novel. Ressaltou que a Fundação poderia provar e que a própria senhora Meire (uma das coordenadoras da Comissão) aderiu ao PIM e recebeu indenização por danos gerais, sendo que outros membros da comunidade acessaram outros programas indenizatórios da Fundação (como o Novel). Júlio esclareceu que não houve atendimento específico, especialmente no âmbito do PG 03.</p> <p>Jorge informou que a Funai realizou reuniões com a Comunidade e também estava aguardando a atuação do perito.</p> <p>Mozart disse que a solicitação dos Puris, de serem reconhecidos pela especificidade da condição indígena, era legítima.</p> <p>Letícia perguntou para Jadilson se havia alguma necessidade de o CIF deliberar sobre os Puris.</p> <p>Jadilson disse que poderia consultar, mas considerando as cláusulas de 39 a 45 do TTAC, principalmente a 43, que diz que qualquer tipo de inclusão de famílias é feita mediante diálogo entre as partes (Fundação e TIs).</p> <p>Jadilson disse desconhecer a necessidade de deliberação para resolver o assunto em questão.</p>

III – PAUTA GARIMPEIROS-FAISCADORES (14h às 16h)

Pauta	Discussão
<p>13. Que a conta de energia elétrica seja aceita como comprovante de residência para todos os membros da família que residem no mesmo endereço</p>	<p>Registro que o item 14 foi discutido aqui.</p> <p>Júlio explicou que a Fundação entende que as pessoas maiores de 24 anos devem apresentar comprovantes no próprio nome, o que está conforme a sentença, que inclusive deixa claro que o comprovante tem que ser em nome de quem pleiteia o dano (a FR tem esse requisito, considerando que a pessoa tem que provar que reside com o titular da conta). A pessoa pode apresentar outros documentos listados. Explicou que no caso de discordância, o atingido pode acessar a aba recursal e que a Kearney (Perita do Juízo) analisa o recurso.</p> <p>Geraldo Felipe afirmou que a Fundação aceitou comprovantes de algumas pessoas.</p> <p>Júlio respondeu que esses casos deveriam ser listados e comentou os requisitos.</p>

Nesse momento, foi adiantado o item 14, que trata da declaração de saúde, informando que a secretaria de saúde está fazendo um trabalho minucioso em relação aos históricos, pois as declarações foram negadas.

Houve uma breve discussão e a Fundação Renova explicou sobre a necessidade de que os documentos preencham os requisitos e sobre a aba recursal. Sobre a declaração de saúde, Júlio explicou que, a partir de decisão judicial proferida em 17/02/2023, só seriam aceitas as assinadas pelo responsável pelo estabelecimento e que pudessem ser comprovadas pelo cadastro nacional. Júlio ressaltou que por decisão da 4.^a Vara, desde o final de 2021, a matriz de documento é a mesma, de Mariana a Dionísio. Júlio explicou que qualquer caso considerado erro de análise, poderiam acessar a aba recursal, que tem um fluxo próprio e a análise pode ser revertida em caso de erros. Explicou que os recursos são enviados para análise pela Kearney.

Ademilton perguntou se quando a análise de documentação solicitada pelo atingido era indeferida, os motivos eram expostos.

Júlio respondeu que no Novel há fases e o advogado deve acessar a matriz e caso haja algum documento recusado, é avisado sobre o motivo, de forma objetiva, abrindo-se prazos para que se retifique, que caso não sejam obedecidos, deverão acessar a aba recursal.

Alguns questionamentos foram levantados, como a possibilidade de enviarem a lista de pessoas que tiveram os comprovantes recusados para que fosse analisada, ao que Júlio respondeu haver um canal específico para os advogados acessarem.

Letícia disse que se trata de comunidades tradicionais e Júlio respondeu não haver um Novel específico para faiscadores tradicionais, então, atendidos pelo exercício de atividade econômica e não pela tradicionalidade.

A discussão sobre os comprovantes de residência, principalmente sobre a declaração de saúde, se estendeu e ficaram definidos os encaminhamentos.

Ressalto que uma lista dos atingidos que tiveram os documentos negados deverá ser enviada à Fundação Renova (ou apresentado na reunião que ficou encaminhada de ocorrer no território. Reunião que deverá ser provocada pelas Comissões).

Sérgio Papagaio ressaltou que o pagamento deveria ser isonômico e alguns receberam e outros não, o que deveria ser corrigido. Solicitou que a CT-IPCT verificasse um meio de solicitar a adequação do Novel.

Gabriel Moura respondeu que o assunto levantado por Sérgio fosse levado ao juiz, já que o fluxo judicial seguido era considerado inadequado **(encaminhamento inserido na pauta restrita, em razão de que ainda será verificado a melhor forma de tratar o assunto).**

Geraldo Felipe solicitou que a Fundação fosse ao território (ver encaminhamentos).

Júlio informou que a Fundação concorda em ir aos territórios, mas ressaltou que em relação ao Novel, a Fundação seguiu todos os caminhos estabelecidos para todo território e nada poderia fazer sobre os casos sob análise do perito.

Ademilton disse entender a inflexibilidade do Novel. Ressaltou a importância de a Fundação ir ao território, para uma visita *in loco* e para explicar de forma simples e clara, pois quando os representantes ali presentes levam para a comunidade, podem até ser desacreditados.

	<p>Gabriel pediu que a solicitação fosse formalizada pelas comissões, para evitar acusações de que a Fundação se reunia apenas com algumas pessoas.</p> <p>Jadilson ressaltou que cada comunidade teria a prerrogativa de solicitar as próprias reuniões e o diálogo deveria ser sempre aberto com a Fundação.</p>
<p>14. Reconhecimento dos dependentes da fase I – isonomia de atendimento para fins de indenização, conforme tratativas como os da fase II</p>	<p>Será tratado com os outros pontos na reunião que será agendada no território.</p>
<p>15. AFE Tradicionais – Isonomia de tratamento em relação aos tradicionais não contemplados aos já contemplados nos territórios e nas comunidades tradicionais</p>	<p>Júlio informou que em decisão recente, no eixo 7, o juízo diz que o AFE e o Novel são distintos e com requisitos de elegibilidade diferentes. Ressaltou que para o AFE, a Fundação segue as cláusulas 137 à 140 do TTAC. Ressaltou, ainda, que o TTAC não prevê AFE específico para tradicionais. O assunto também poderá ser discutido na visita <i>in loco</i>.</p> <p>Antônio Áureo disse que a Fundação sempre usava as mesmas falas: está no TTAC, não está no TTAC, está judicializado. Mas registrou que muita coisa foi construída com acordos e que quem trouxe a questão de tradicionais foi a própria Fundação. Disse que uma primeira turma foi contemplada, mas uma segunda turma ficou de fora, o que causou uma tensão no município. Relatou cerca de 800 pessoas foram para Belo Horizonte, para uma reunião, com a então presidente da Fundação e com os Ministérios Públicos, Federal e estaduais, na qual foram feitos alguns acordos, mas ao retornarem para o território, foram recebidos pela polícia e os acordos não vingaram. Antônio Áureo relatou que foi feito um levantamento, um trabalho transparente de autorreconhecimento tradicional, que resultou na Deliberação 300. Disse que outra reunião foi realizada com o MPF e a Fundação ficou de atender, o que seria muito vantajoso para as empresas e para a própria Fundação, pois as pessoas já estavam no município e abriria para os dependentes. Ressaltou que ir ao território dizer que as questões estariam judicializadas não adiantava. Perguntou se a Fundação teria autonomia para fazer acordos com a comunidade ou simplesmente não queria. Ressaltou que embora a Fundação negasse a tradicionalidade dos faiscadores, foram recebidos como tradicionais na CT-IPCT, pelas instituições de justiça e por todos os órgãos envolvidos, pois são tradicionais e vão continuar agindo como, usando os direitos buscando os esses direitos.</p>
<p>16. Prorrogação do atendimento de Assessoria Técnica para o território que abrange os municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Xopotó – distrito de Ponte Nova – por um período de dois anos</p>	<p>Luiz Felipe disse que a assessoria para as localidades identificadas neste ponto de pauta trabalhou por 4 anos e o contrato terminou no final de 2022. Informou que o assunto assessoria estaria sendo discutido na totalidade. Explicou que existia um recorte dentro dos territórios impactados de assessorias técnicas contratadas antes da judicialização do eixo 10. Em uma decisão de fevereiro/23 o juiz pretendeu integrar essas assessorias contratadas antes da judicialização dentro do eixo 10, então, em caso da comunidade querer prorrogação, a Fundação entenderia, mas teria que ser direcionada ao o juiz, pois este entendeu que as assessorias que atuaram antes da judicialização deverão ser integradas ao escopo do eixo 10. Em resumo, a questão estaria judicializada.</p> <p>Jadilson perguntou sobre novas contratações de assessorias.</p> <p>Luis Felipe respondeu que seria tratado, também, no eixo 10.</p>

	<p>Antônio áureo perguntou se Luiz Felipe sabia sobre a contratação da assessoria para Rio Doce.</p> <p>Luiz respondeu ter um conhecimento superficial, mas a notícia era a que ele já havia explicado.</p> <p>Foi mencionada a questão da casa do atingido.</p> <p>Jadilson disse que com a implantação do TACGOV haveria o fortalecimento das comissões locais e regionais, além da implantação de estrutura para as comissões.</p>
17. Reconhecimento da declaração de saúde e da segunda via da conta de energia elétrica como comprovante de residência, para fins de adesão dos atingidos tradicionais ao NOVEL;	Tratado no ponto 13
Encaminhamento E49.5	<p>As Comissões de Atingidos irão formalizar, por ofício, copiando a CT, uma solicitação para que a FR envie sua equipe de diálogo aos territórios para explicar, de forma simples e clara as questões:</p> <p>a) Que a conta de energia elétrica seja aceita como comprovante de residência para todos os membros da família que residem no mesmo endereço;</p> <p>b) Reconhecimento dos dependentes da fase I, conforme os da fase II (isonomia de atendimento para fins de indenização);</p> <p>c) AFE Tradicionais – Isonomia em relação ao tratamento dispensado aos tradicionais não atendidos e aos tradicionais já contemplados nos territórios e nas comunidades tradicionais;</p> <p>d) Reconhecimento da declaração de saúde e da segunda via da conta de energia elétrica, como comprovante de residência para fins de adesão dos atingidos tradicionais ao NOVEL; e</p> <p>e) Casa do atingido.</p>
18. Reconhecimento dos Garimpeiros do Alto Rio doce como atingidos	<p>Pauta repetida.</p> <p>Sérgio Papagaio disse que os itens dos faiscadores contemplavam os garimpeiros.</p> <p>Pediu que o encaminhamento adequado fosse dado àquela solicitações.</p>
19. Aplicação do AFE(Garimpeiros)	Não foi discutido.

II. PAUTA QUILOMBOLA (16h às 18h)

Pauta	Discussão
20. Informes gerais	<p>Jadilson informou que o plano de trabalho da ASPERQD foi homologado. Jean explicou o <i>status</i> atual e informou que assessoramento não parou e estava funcionando. Informou a realização de uma reunião com a Fundação do Comitê Gestor. Informou estarem em uma fase de preparativos, mediante a decisão judicial ainda e que o depósito por parte da renova estava pendente então estavam aguardando para efetivar o início das atividades da</p>

	<p>assessoria técnica em 100%. Explicou que por enquanto estavam atuando com base na decisão judicial anterior.</p> <p>Luiz Felipe informou que o pagamento do último mês foi feito com base na decisão que determinou a continuidade da ATI e que o pagamento do primeiro trimestre já estava sendo providenciado dentro do prazo.</p>
<p>21. Apresentação das Lideranças Quilombolas da Comissão Quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus;</p>	<p>O Senhor Altiane Blandino relatou que a Comunidade não foi atendida como as outras.</p> <p>Ressaltou que a comunidade já luta há muitos anos, desde o tempo da escravidão e perguntou o motivo de a comunidade não ter os direitos atendidos coletivamente, o que era para acontecer sem precisar pedir, já que 70% do município já havia recebido algum benefício. Perguntou, também, se a comunidade teria que ir à mídia mostrar tudo o que foi perdido, principalmente sobre a pesca, o caranguejo e o miroró, peixe cuja banha é usada como remédio.</p> <p>Isaías falou que muitas vezes a comunidade era barrada pela burocracia e que a Fundação Renova deveria entender as dificuldades daquela comunidade, composta por pessoas humildes, de pouca instrução e sem acesso à internet e às informações. Como representante de Santaninhas, fazia parte da associação e estava buscando assessoria jurídica para auxiliá-los na luta. Afirmou saber sobre os programas da Fundação e queria saber como seria em relação à Conceição da Barra e São Mateus. Perguntou se visitas, vistorias e estudos seriam realizados. Disse que o perito já havia visitado o território e garantiu que levaria a situação ao juiz. Ressaltou que a situação na comunidade não estava fácil e se agravava cada dia mais. Evocou o direito de serem atendidos com igualdade, conforme garante a lei e pediu bom senso da Fundação Renova.</p> <p>Sabrina pediu respeito com as comunidades e pediu os reparos necessários, auxílios financeiros, e cuidado com a água, que era usada para consumo e para batismos, ritos sagrados para aquele povo. Reiterou a solicitação de terem uma assessoria técnica.</p> <p>Jean Blandino reafirmou a fala dos demais. Disse que até o comércio local foi afetado, devido à contaminação do rio e pediu celeridade na resolução.</p> <p>Abília disse estarem ali apenas pedindo reconhecimento e respeito e são povos que ajudaram na história da nação. Ressaltou que são dignos de respeito, mas o sistema os excluiu de reconhecê-los como atingidos. Disse que nas comunidades quilombolas existem pessoas, cultura e tradições transmitidas de geração em geração. Falou que com o crime de Mariana, sendo o maior, a comunidade foi afetada em suas atividades de pesca e de agricultura e até em suas comemorações, pois o rio e a água estão contaminadas. Ressaltou das burocracias para entrarem no novel e em relação às documentações. Disse que a comunidade não era reconhecida como atingida e que a Fundação não queria resolver a situação. Abília pediu ajuda do poder público. Relatou que várias pessoas estão indo embora das comunidades por não poderem mais exercer atividades pesqueiras e agrícolas e conseqüentemente, não terem mais renda.</p>
<p>22. Boletim de Jornada – Edição 11</p>	<p>Jadilson informou que a CQD aprovou, com ressalvas, a 11.^a edição do Boletim Jornada, ao que a Fundação Renova após algumas tratativas, acatou as observações da CQD, enviou outra versão que foi aprovada. Informou, também, que a Fundação achou as alterações pertinentes, mas que deveriam discutir o público alvo, meta e ações.</p> <p>Será pautado na próxima reunião do Comitê Gestor.</p>

	Jadilson elogiou o trabalho da Fundação Renova no tratamento da questão.
Encaminhamento E49.7	O Plano de Comunicação será discuido na próxima reunião do Comitê Gestor.
23. Auxílio Financeiro Emergencial;	Jadilson perguntou como seria o auxilio para as comunidades de Conceição da Barra e São Mateus, já reconhecidos pela FCP. Perguntou, também, sobre as 17 famílias de Degredo que não recebem o AFE (as famílias estão na lista de autodeterminação). Após breve discussão, ficou definido o encaminhamento
Encaminhamento E49.8	Sobre o AFE: Considerando que há 17 famílias que não recebem, mesmo reconhecidas na lista de autodeterminação, foi encaminhado que a FR responda por ofício. Prazo: 30 dias corridos. Caso a FR negue a auxílio, deverá detalhar ponto a ponto, os motivos da negativa. Prazo: 30 dias corridos. Sobre a inclusão das novas Comunidades (São Mateus e Conceição da Barra): Prazo: 30 dias corridos.
24. Indenização;	Jadilson informou haver 57 famílias não indenizadas em Degredo e um caso era bem específico: uma senhora centenária teve seus recursos negados reiteradamente, mesmo com todos os comprovantes. Jean Beteher relatou algumas situações e após breve discussão, o encaminhamento foi definido. Registro que foi explicado as questões das diferenças entre o Novel e o AFE. Foi ressaltado que as decisões judiciais seriam seguidas. Foi ressaltado, também, a atuação da perita em relação à análise documental. Jean sugeriu que as questões das negativas relacionadas aos documentos fossem discutidas com a ASPERQD
Encaminhamento E49.9	A ASPERQD encaminhará à FR, uma solicitação de que viabilizarem uma solução para os casos indeferidos no Novel, por motivos diversos, resguardando as informações sensíveis. Prazo: 15 dias.
25. Ações de saúde;	Jadilson disse que nos dias 14 e 15/03/2023, na reunião da CT- Saúde, Abília apresentou questões sobre a comunidade de Conceição da Barra e São Mateus e a Fundação respondeu que o caso deveria ser tratado na CT-IPCT, então, ficou subentendido que qualquer assunto relacionado aos tradicionais poderia ser tratado na CT-IPCT. Ressaltou que se a questão não fosse respondida, acionaria o poder judiciário. Jadilson ressaltou que a questão de saúde seria importante para todas as comunidades e perguntou como estavam as ações sobre o tema nas comunidades de Conceição da Barra e São Mateus. Albanita respondeu que todos os programas traziam desafios, mas que como foi visto naquela reunião, os questionamentos foram discutidos e encaminhados. Disse que na reunião do PG 04 seriam discutidas as ações e os eixos e uma das propostas seria definir como o PG 04 articularia com os outros programas, para que as comunidades tradicionais fossem atendidas no processo de reparação, conforme os critérios de cada programa, sempre considerando as especificidades de cada comunidade.

	<p>Informou que no PG 14, havia vários estudos judicializados e havia uma proposta de trabalho com todas as comunidades impactadas, que só seria possível após os resultados dos estudos, para poderem pensar nas ações necessárias.</p> <p>Sobre as Comunidades de São Mateus e Conceição da Barra, os estudos de saúde estavam judicializados e havia a pendência sobre o atendimento das comunidades nos outros programas (estavam discutindo incidente de divergência e estavam aguardando decisão).</p> <p>Jadilson sugeriu a realização de uma intercâmara com a CT- SAÚDE e mencionou a Cláusula 50.</p> <p>Altino Blandino perguntou se a Fundação não havia visto a comunidade no primeiro estudo. Reiterou que não deveriam estar cobrando direitos. Ressaltou que as comunidades quilombolas fazem parte da história e merece mais respeito.</p> <p>Registro que ficou encaminhado que uma intercâmara com a CT-SAÚDE deverá ser realizada. Ficou como encaminhamento na pauta restrita.</p>
<p>26. Comitê Gestor do PBAQ;</p> <p>a) Contratação de mão de obra local no PBAQ;</p> <p>b) Ausência de indicação de empresas executoras do PBAQ;</p> <p>c) Status do SAA e solicitações quanto ao fornecimento de água mineral;</p> <p>d) Cronograma da Execução do PBAQ, com indicações concretas das ações ao menos dos próximos três meses, sem dispensa de apresentação para o período subsequente.</p>	<p>a) Contemplado na apresentação do Roberto.</p> <p>b) A execução do PBAQ voltou para a Fundação por decisão judicial. Jadilson disse que desde janeiro não viam uma empresa responsável pela execução e solicitou que a Fundação indicasse, ressaltando a urgência em relação à gestão do PBAQ. Jadilson falou da necessidade de contratação de mão de obra local, por CLT.</p> <p>Albanita respondeu que a decisão do juiz foi em dezembro e em janeiro a Fundação começou a ser organizar. Informou já ter apresentado no comitê gestor, o escalonamento de implementação dos programas e quais seriam os meses que entrariam com os programas, ressaltando estarem cumprindo rigorosamente a decisão. Informou, também, que no cronograma que a Fundação enviaria, estaria como as empresas chegariam detalhadamente.</p> <p>c) Gilson explicou o diretor do SAAE procurou a Fundação e perguntou se havia pendências quanto ao cumprimento do Termo, no que se refere ao acordo entre a Prefeitura, o SAAE e a Renova. Gilson disse que apontou as pendências, que seriam: formalização da aprovação do projeto executivo e o encaminhamento do cronograma físico e financeiro da obra. Informou que na primeira quinzena de abril, o diretor enviou um ofício com a aprovação do projeto executivo, com o cronograma, zerando as pendências, mas questionando as questões financeiras, dizendo que a planilha estava defasada e perguntando quem corrigiria e quem seria responsável pelo aporte dos recursos (no termo pactuado está que em caso de necessidade de suplementação de recurso, a responsável seria a prefeitura). Mesmo assim, estava em análise interna e assim que tivesse uma resposta, compartilharia.</p> <p>Jadilson ressaltou a necessidade da participação da CQD e da ASPERQD nas tratativas. Disse que achou um absurdo a jogada política quando assinaram o acordo e criticou não citarem a CRQ, a ASPERQD e a CT-IPCT.</p> <p>Jadilson informou os assuntos expostos no OFÍCIO n.º 04/2023/CQD, de 17/03/2023:</p> <p>Atualização da lista de fornecimento de água para Degredo: A Fundação disse que iriam começar as discussões para atualização da lista.</p> <p>Atualização na quantidade de água fornecida: a quantidade era de 15l pessoa, dia. Considerando que essa quantidade seria para necessidades</p>

básicas e que cada cidade teria uma legislação própria para a questão de abastecimento, sendo que o SAAE prevê a quantidade de 120l pessoa, dia, Jadilson propôs que o aumento do fornecimento fosse discutido.

Revisão na logística da entrega de água: algumas pessoas, principalmente as idosas, estariam reclamando da distância que percorriam para buscar a água, assim Jadilson solicitou que para a próxima contratação, fosse solicitado um mapeamento para entregar em lugares mais próximos para essas pessoas.

Recurso Reparatório: Jadilson disse que o recurso estaria dentro do reparatório e houve um pedido de suspensão, iniciando um entrave judicial. Para não ficar sem água, o recurso passou para o compensatório, mas com a decisão judicial, a obrigação do abastecimento seria da Fundação. Ressaltou que seria necessário saber como ficaria o recurso e informar ao CIF(deveria sair do compensatório).

Jadilson ressaltou que o mesmo ofício foi enviado à CT-SAÚDE e orientaram que o assunto fosse tratado na CT-IPCT. Lembrou que a questão do abastecimento de água em Degredo virou deliberação por meio de uma intercâmara com a CT-IPCT, SAÚDE E SHQA. Informou que abordaria novamente o assunto na próxima reunião da CT-SAÚDE e solicitou a participação de um representante do PG 04.

Sobre a entrega da água, Albanita respondeu ter alguns desafios, o que vinha sendo discutido no Comitê Gestor de forma transparente, para encontrarem uma solução. Quanto ao aumento na quantidade, a Fundação estaria seguindo o determinado na Deliberação, então, o ideal seria determinar o aumento, também por deliberação (levar ao CIF). Albanita explicou que sobre os locais de entrega, a Fundação já estava discutindo e para o novo contrato, já estaria prevista adequações, mas pediu ajuda da CQD para informar quais seriam as pessoas idosas. Observou que a pessoa responsável pelas entregas expôs algumas questões que a impedia de entregar em locais mais próximos, como portões fechados. Sobre as listas, Albanita explicou que a Fundação estaria discutindo uma estratégia para fazer a atualização. Sobre o recurso, o recurso para o SAA sairia do compensatório, mas Albanita explicou que para a Fundação, o que importava era garantir o recurso financeiro para uma execução mais rápida. Jadilson explicou que o recurso do abastecimento era reparatório e passou a compensatório em razão de um incidente de divergência e ressaltou que essas questões dos recursos deveriam ser discutidas, pois acreditava que a entrega de água deveria estar no reparatório.

Albanita respondeu que a entrega de água estava no reparatório, pois era alocado no programa devido, que faria a operacionalização e a Fundação acompanhava, garantido o orçamento.

Jadilson registrou que embora a Comunidade não tenha gerência sobre os contratos, queria informar estarem satisfeitos com o atual responsável pelo fornecimento de água mineral, que não deixou a comunidade sem água nem com as dificuldades trazidas pelos períodos de cheia.

Albanita informou que ele estaria no processo concorrencial, mas que a Fundação não poderia interferir, pois o processo deveria ser transparente e obedecer à concorrência.

d) Sobre o cronograma, Jadilson solicitou que fossem enviados um cronograma com as ações para os próximos meses Fundação (ficou encaminhado).

Roberto fez a apresentação da proposta de contratação local (disponível para consulta).

	<p>Sobre a apresentação, Jadilson informou que depois discutiria com a Fundação a porcentagem de contratação local e a Fundação concordou. Pois um número maior de contratação local seria interessante para o fornecedor. Albanita informou que seria interessante a comunidade mapear os empreendedores locais para participarem dos processos, ao que o Roberto concordou.</p> <p>Jadilson informou que uma reunião sobre a contratação da empresa seria em Linhares e poderia ser realizada dia 16/05/2023.</p> <p>Albanita ressaltou que seria apresentação da empresa e a do Comitê Gestor seria no final do mês, mas perguntou se preferiam adiantar a do Comitê.</p> <p>Jadilson disse que seria melhor adiantar.</p> <p>Albanita concordou, mas informou que seria híbrida.</p> <p>Adebal ressaltou que o plano de trabalho da contratada provavelmente não estaria pronto e Jadilson disse que poderiam esperar até 31.05.2023, às 17h. Informou que o assunto poderia continuar na reunião do Comitê Gestor e pediu que Ademilton fosse convidado (prevista para o dia 16/05/2023, às 16h).</p> <p>Jadilson agradeceu a presença dos quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra.</p> <p>O coordenador, Ademilton Ferreira de Sá, agradeceu a presença de todos, elogiou a produtividade e o respeito durante a reunião e a declarou encerrada.</p>
Encaminhamento E49.11	Em relação às análises documentais e ao SAA, a participação da CQD e da ASPERQD nas tratativas deverão ser garantidas, considerando que foi uma conquista da Comunidade. Assim, a FR deverá criar uma mesa de conversa.
Encaminhamento E49.11	Um cronograma com as ações do PBAQ, referentes aos três próximos três meses, deverá ser encaminhado à ASPERQD, à CQD e à CT. Prazo: até 12/05/2023.
Encaminhamento E49.12	A FR encaminhará o plano de trabalho da empresa contratada. Prazo: até o dia 31/05/2023, até às 17h.
Encaminhamento E49.13	A próxima reunião do Comitê Gestor será realizada no dia 16/05/2023, na modalidade híbrida (presencial em Linhares e por plataforma). A pauta e o convite serão enviados até o dia 12/05/2023 (o convite é extensivo ao coordenador da CT)

Às 18h30, o coordenador, Ademilton Ferreira de Sá, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, que foi gravada e está disponível para consulta.

Registro que a presente ata foi aprovada no dia 15/06/2023, na 50.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF.

Documento assinado digitalmente
ADEMILTON FERREIRA DE SÁ
 Data: 23/06/2023 12:27:14-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADEMILTON FERREIRA DE SÁ
Coordenador suplente da CT-IPCT